

RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.255 - SC (2014/0119427-4)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : LEOCLIDES VILSON RIBEIRO
ADVOGADO : CLAUDIOMIR GIARETTON E OUTRO(S) - SC013129B
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LEOCLIDES VILSON RIBEIRO, com fulcro nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 412):

PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS SOBRE HONORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE.

Não cabe arbitramento de honorários advocatícios em execução de honorários advocatícios não embargada.

Acolhidos, em parte, os aclaratórios, para efeito de prequestionamento (e-STJ fls. 430/433).

Nas suas razões, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 20, § 4º, e 730 e incisos, do CPC/1973, bem como dos arts. 23 e 24 da Lei 8.906/1994 e art. 20 da Resolução 122 do CJF.

Segundo narra, "a parte autora protocolou uma execução relativa ao valor principal e outra relativa aos honorários de execução", no entanto, "o Magistrado *a quo*, indeferiu a fixação de honorários na execução, ao argumento de que não se trata de execução de pequeno valor, mas de fracionamento de execução de grande valor" (e-STJ fl. 444).

Sustenta que, de acordo com a Resolução 122/2010 do CJF, "os honorários sucumbenciais não devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fim de classificação do requisito como de pequeno valor", mas devem ser pagos em requisição própria, motivo pelo qual gera direito aos honorários na execução.

Aduz, ainda, que a verba honorária é devida em virtude de que os honorários pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte. Conclui serem cabíveis os honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, porquanto o art. 475-R do CPC/1973 determina a aplicação subsidiária ao cumprimento da sentença, no que couber, as normas que regem o processo de execução de título extrajudicial. Isso porque o devedor deu causa à instalação da nova fase processual.

Contrarrazões à e-STJ fl. 482. Juízo positivo de admissibilidade à e-STJ fl. 486.

Passo a decidir.

De início, registro que o Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feito esse esclarecimento, impende mencionar que resoluções ou normas *interna corporis* não estão contidas no conceito de lei federal, aptas a amparar a interposição de recurso especial.

No mais, verifico que o Tribunal solveu a controvérsia com base na seguinte fundamentação (e-STJ fl. 410):

A execução em tela refere-se a honorários de sucumbência a que foi condenado o INSS em embargos do devedor opostos em face de outra execução. Pretende o apelante a fixação de nova verba honorária relativa à presente execução.

Entendo que não podem ser arbitrados honorários advocatícios em execução de honorários advocatícios não embargada.

Ao executar seus honorários o Advogado está exercendo direito próprio. A fixação de honorários independentemente de embargos implicaria *bis in idem*. Ademais, a admitir-se isso, teríamos uma sequência interminável de execuções, pois sobre os honorários fixados nesta execução, por exemplo, deveriam ser arbitrados honorários na nova execução, e assim sucessivamente.

Não obstante a jurisprudência tenha se firmado no sentido de serem cabíveis a imposição de verba honorária nas execuções não embargadas pagas por meio de Requisição de Pequeno Valor – RPV, essa compreensão mostra-se inaplicável ao caso dos autos, por veicular situação diversa, como se verifica das alegações do próprio recorrente.

A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.406.296/RS, proferido sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, assentou o entendimento de ser incabível o arbitramento de verba honorária nas execuções não embargadas contra a Fazenda Pública, as quais tenham sido iniciadas pela sistemática de pagamento de precatórios, na forma do art. 730 do CPC, com renúncia superveniente do excedente ao limite (art. 87 do ADCT) para efeito de enquadramento no procedimento de Requisição de Pequeno Valor – RPV, *in litteris*:

RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PROCESSAMENTO INICIAL SOB O RITO DO PRECATÓRIO. RENÚNCIA SUPERVENIENTE DO EXCEDENTE AO LIMITE. RPV. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO.

1. A controvérsia consiste em verificar o cabimento da fixação de honorários advocatícios em Execução promovida sob o rito do art. 730 do CPC, não embargada contra a Fazenda Pública, na hipótese em que a parte renuncia

posteriormente ao excedente previsto no art. 87 do ADCT, para fins de expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV).

2. Nos moldes da interpretação conforme a Constituição estabelecida pelo STF no RE 420.816/PR (Relator Min. Carlos Velloso, Relator p/ Acórdão: Ministro Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ 10.12.2006), a Execução contra a Fazenda Pública, processada inicialmente sob o rito do precatório (art. 730 do CPC), sofre a incidência do art. 1º-D da Lei 9.494/1997 ("Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas"). No mesmo sentido as seguintes decisões da Corte Suprema: RE 679.164 AgR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe-042 de 4.3.2013; RE 649.274, AgR-segundo, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe-022 de 31.1.2013; RE 599.260 ED, Relator Ministro Celso de Mello (decisão monocrática), DJe-105 de 4.6.2013; RE 724.774, Relator: Min. Ricardo Lewandowski (decisão monocrática), DJe-123 de 26.6.2013; RE 668.983, Relatora Ministra Cármen Lúcia (decisão monocrática), DJe-102 de 29.5.2013; RE 729.674, Relator Ministro Dias Toffoli, REsp 1528279, DJe-193 de 1º.10.2013.

3. O STJ realinhou sua jurisprudência à posição do STF no julgamento do REsp 1.298.986/RS (Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 5.12.2013).

4. A renúncia ao valor excedente ao previsto no art. 87 do ADCT, manifestada após a propositura da demanda executiva, não autoriza o arbitramento dos honorários, porquanto, à luz do princípio da causalidade, a Fazenda Pública não provocou a instauração da Execução, uma vez que se revelava inicialmente impositiva a observância do art. 730 CPC, segundo a sistemática do pagamento de precatórios. Como não foram opostos Embargos à Execução, tem, portanto, plena aplicação o art. 1º-D da Lei 9.494/1997. No mesmo sentido: REsp 1.386.888/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 18.9.2013; REsp 1.406.732/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 7.2.2014; AgRg no REsp 1.411.180/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11.12.2013.

5. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp 1.406.296/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 19/03/2014).

Por fim, não haverá majoração de honorários recursais, por se tratar de pleito deduzido na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator